



**PREFEITURA
CUIABÁ**

**GABINETE
da Prefeitura**

DECRETO N.º 5.205 DE 13 DE JULHO DE 2012.

CRIA GRUPO DE TRABALHO COM O OBJETIVO DE ELABORAR ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal no uso das atribuições que lhe conferem o art. 41 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar orientações para a implementação de medidas de transparência e controle social no âmbito da administração pública municipal, doravante denominado “GT – Transparência”.

§ 1º As medidas a serem apontadas pelo GT – Transparência deverão levar em conta a urgência na implementação do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social e a necessidade de se elaborar o Plano Municipal de Transparência e Controle Social.

§ 2º Será observado, em todas as hipóteses, o atendimento ao que dispõe a Lei Complementar n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal -, sobretudo no que se refere à disponibilização de informações financeiras em tempo real.

§ 3º Será observado, em todas as hipóteses, o atendimento ao que dispõe a Lei n.º 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

Art. 2º O GT - Transparência será constituído por um representante de cada Unidade Gestora do Município.

§ 1º A designação dos representantes e dos respectivos suplentes será feita pelo Controlador Geral do Município no prazo máximo de 15 dias a contar da data de publicação deste Decreto.

§ 2º Em sua primeira reunião o GT-Transparência poderá estabelecer uma equipe executiva que dará andamento nos trabalhos de presidência, secretaria, relatoria e outras funções inerentes às finalidades previstas neste Decreto.

Art. 3º Para a consecução de sua finalidade, o GT - Transparência poderá:

I- convocar servidores cujos conhecimentos técnicos possam ser necessários ao cumprimento de seu objetivo;

II- requerer, junto aos órgãos executivos municipais, as informações que julgar necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto, sendo atendido no prazo máximo de dois dias úteis, a contar da data do requerimento.



**PREFEITURA
CUIABÁ**

**GABINETE
da Prefeitura**

Art. 4º A participação no GT – Transparência, tanto enquanto membro como enquanto servidor requisitado, será considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 5º A participação no GT – Transparência não será remunerada.

Art. 6º O GT – Transparência tem o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão de seus trabalhos, a contar de sua efetiva constituição.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 13 de JULHO de 2012

FRANCISCO BELLO GALINDO FILHO
Prefeito Municipal